

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/41074	54038/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCF - DCP [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

Assunto: Aprovação da contratação do serviço de transporte de alunos com necessidades específicas

Entidade Prestadora: TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.

Preço Contratual: € 772.377,36 (acrescido de IVA à taxa legal em vigor)

Cabimento: n.º Seq. 99200

Compromisso: n.º Seq. 131729

CONSIDERANDO QUE:

1. A **Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro**, no artigo 23.º, atribui aos municípios competências na área da educação, incluindo a organização e gestão dos transportes escolares;
2. O **Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro**, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação, abrangendo a organização dos transportes escolares, incluindo circuitos especiais para alunos com necessidades educativas especiais que não possam utilizar transportes regulares;
3. O **Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho**, estabelece o regime jurídico da educação inclusiva, prevendo no artigo 6.º que as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão devem garantir condições para a participação e progresso dos alunos, assegurando acessibilidade física, comunicacional e organizacional, incluindo transporte adaptado quando necessário (artigos 7.º a 10.º e 24.º);
4. O **Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março**, relativo à ação social escolar, garante a gratuidade do transporte para alunos com necessidades especiais, quando não possam utilizar transportes regulares;



5. A **Portaria n.º 9/2023, de 4 de janeiro**, define a forma de cálculo das transferências financeiras do Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD) para suportar os encargos com transporte de alunos com necessidades específicas, assegurando cobertura orçamental para este serviço;
6. Face ao anteriormente referido, é necessário assegurar o transporte dos alunos com dificuldade de locomoção que beneficiam de medidas ao abrigo da educação inclusiva, independentemente da distância e da residência ao estabelecimento de ensino que frequentam, sempre que a condição assim o exija;
6. O apoio no transporte visa responder às necessidades específicas dos alunos com limitações significativas, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da aprendizagem;
7. Nos termos do artigo 5.º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP), a contratação com a TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M., encontra-se excluída da aplicação da Parte II do CCP, por se verificarem cumulativamente as condições previstas na lei:

A TUB é uma empresa municipal sobre a qual o Município de Braga exerce um controlo análogo ao que exerce sobre os seus próprios serviços, desenvolvendo a sua atividade em benefício do Município;
8. O preço base foi fixado com base em consulta preliminar efetuada pelo serviço requisitante;
9. Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e do artigo 33.º, n.º 1, alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal autorizar despesas e aprovar a adjudicação.

PROPÕE-SE QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE:

1. **Aprovar a decisão de contratar** o serviço de transporte de alunos com necessidades específicas, nos termos do artigo 36.º do CCP;
2. **Aprovar a escolha do procedimento por contratação excluída**, nos termos do artigo 5.º-A do CCP;
3. **Fixar o preço base** conforme indicado pelo serviço requisitante;
4. **Adjudicar à TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.** o serviço pelo valor de € 772.377,36 (setecentos e setenta e dois mil, trezentos e setenta e sete euros e trinta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
5. **Aprovar a minuta do contrato**, nos termos do artigo 98.º do CCP;
6. **Designar como Gestor do Contrato** o colaborador Luís Nélio;
7. **Delegar nos serviços do DCF/DCP** as formalidades subsequentes à decisão de adjudicação, incluindo notificações e subscrição dos documentos.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.



DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

